ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Há sobre a mesa o requerimento de urgência do Projeto de lei no 1.383, de 2023, de autoria do nobre deputado Gerson Pessoa.

Em discussão. Para discutir contra, deputado Carlos Giannazi. Ausente. Para discutir a favor, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Desisto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Retira a inscrição. Para discutir a favor também, deputada Paula da Bancada Feminista. Deputada Paula também retira a inscrição. Com a palavra, o deputado Simão Pedro. Ausente.

Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de resolução no 49, de 2023, de autoria da Mesa. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei no 583, de 2023, de autoria do nobre deputado Carlos Giannazi. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei no 136, de 2023, de autoria da nobre deputada Paula da Bancada Feminista. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei no 1.267, de 2007, de autoria da nobre deputada Ana Perugini. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei no 1.115, de 2023, de autoria do nobre deputado Edmir Chedid. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei no 584, de 2020, de autoria da nobre deputada Dra. Graciela. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei no 1.022, de 2023, de autoria da nobre deputada Márcia Lia. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há também sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei no 90, de 2023, de autoria do nobre deputado Carlão Pignatari. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Então, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 44 minutos.

* * *

25 DE OUTUBRO DE 2023
48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Abre a sessão. Encerra a discussão da PEC 03/23, em primeiro turno.
2 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Levanta a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição do Estado nº 3, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Para discutir a favor, com a palavra o nobre deputado Donato. Deputado Donato abre mão de sua inscrição. Para discutir a favor, deputado Paulo Mansur. Ausente. Para discutir contra, com a palavra a nobre deputada Paula da Bancada Feminista. Deputada Dra. Paula também abre mão de sua inscrição.

Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra para discutir contra o deputado Guilherme Cortez. Ausente. Dando sequência, com a palavra para discutir contra o deputado Paulo Fiorilo. O deputado Paulo Fiorilo também abre mão de sua inscrição.

Dando sequência, com a palavra para discutir contra o deputado Enio Tatto. Ausente. Para discutir contra também, com a palavra agora o deputado Carlos Giannazi. Ausente. Dando sequência à lista de oradores inscritos, para discutir contra também, a deputada Professora Bebel. A deputada Professora Bebel também abre mão de sua inscrição.

Dando sequência à lista de oradores inscritos, para discutir contra, a nobre deputada Monica Seixas. A deputada Monica seixas também abre mão de sua inscrição. Para discutir contra também chamo agora o deputado Rômulo Fernandes.

O deputado Rômulo Fernandes também abre mão. Dando sequência à lista de oradores inscritos para discutir contra a deputada Márcia Lia. Ausente. O último orador inscrito para discutir contra, chamo o deputado Simão Pedro. Também ausente.

Finalizada a lista de oradores inscritos para discutir a favor e contra, não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão. Então agora passaremos à votação. Em votação a Proposta de Emenda, com parecer favorável. Não havendo deputados interessados em fazerem...

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Jorge Wilson.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Havendo acordo entre as lideranças, eu peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Então está adiada a votação. Exatamente.

Então, havendo acordo de lideranças, está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 58 minutos.

* * *

26 DE OUTUBRO DE 2023
127ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: LUIZ CLAUDIO MARCOLINO, CARLOS GIANNAZI e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
4 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Assume a Presidência.
7 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - REIS
Assume a Presidência.
10 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
12 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
13 - CONTE LOPES
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
14 - DONATO
Por inscrição, faz pronunciamento.
15 - PRESIDENTE REIS
Comenta o pronunciamento do deputado Donato. Critica o governo estadual por dificuldade de diálogo com seu mandato.
16 - DONATO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
17 - PRESIDENTE REIS
Defere o pedido. Faz aditamento à Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 27/10, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Luiz Claudio Marcolino.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Dando início ao Pequeno Expediente, oradores no dia 26 de outubro de 2023, com a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos no Pequeno Expediente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Marcolino, deputado Suplicy, telespectador da TV Assembleia, ontem saiu o edital com o resultado do concurso para o cargo de professor da rede estadual de ensino.

O estado abriu apenas 15 mil vagas para esse concurso, sendo que nós temos quase 100.000 professores da categoria "O" contratados em caráter precarizado pela Lei nº 1.093. Então o governo, após dez anos sem realizar concurso público, houve um concurso que abriu apenas 15 mil vagas.

Mas a política de ódio, de intolerância e a política perversa e sádica da Secretaria da Educação contra o Magistério é tão grande, Sr. Presidente, que mesmo nesse concurso...

Ontem no resultado nós percebemos que milhares de professores foram excluídos, foram eliminados nesse concurso público porque ele estabeleceu critérios extremamente obscuros, mas sobretudo num item que está, Sr. Presidente, gerando muita indignação - e com razão -, que é a famosa videoaula que os professores foram obrigados a enviar para a Vunesp, que realizou esse concurso, que contava também pontuação.

O professor tem que virar youtuber agora para poder passar no concurso público. Nós fomos totalmente contra esse item do concurso, do edital, fizemos várias manifestações contrárias, inclusive aqui pela tribuna da Assembleia Legislativa, fazendo um apelo para que a Secretaria da Educação tomasse providências e retirasse essa exigência da videoaula.

Isso é um absurdo total, um escárnio querer exigir isso. Então muitos professores que já estão há 20 anos, 25 anos na rede estadual, professores inclusive com formação, com mestrado, com doutorado, até "pós-doc" não conseguiram ser aprovados porque foram reprovados no YouTube, porque não são youtubers, ou seja, foram reprovados nessa videoaula. Olhe que absurdo!

Esse concurso nega, deixa de lado toda a experiência, toda a trajetória acadêmica do professor e, sobretudo, a trajetória dele dentro da rede estadual, toda a sua experiência, toda a sua contribuição, porque teve algum defeito ali às vezes na hora da gravação da videoaula.

Então é lamentável. E para piorar a situação, Sr. Presidente, há um recurso. O próprio edital diz que os professores podem entrar com recurso, mas até amanhã. O resultado saiu ontem, dia 25, - hoje é dia 26 - e até amanhã. Só que os professores estão entrando, porque são milhares. Milhares de professores foram excluídos porque o professor não é youtuber.

Eles estão entrando, mas o site nem abre, eles não conseguem. Tem um defeito aí, eu acho nesse site, e eles não conseguem recorrer. Então é de uma perversidade, é de um descaso tão grande que isso só me leva a crer que não é incompetência. É na verdade uma política deliberada contra o Magistério estadual o que está acontecendo agora nesse concurso público.

Repito, há dez anos que não tem concurso; quando tem, nós assistimos a todas essas irregularidades. Então nós queremos aqui da Assembleia Legislativa, agora, exigir que a Seduc mude os critérios, talvez retirando esse item da exigência do concurso, porque foram milhares de pessoas excluídas.

É algo jamais visto aqui na rede estadual de ensino num concurso público dessa maneira, por um item que não é fundamental para que um professor possa exercer. O professor não vai fazer videoaula. Ele vai dar aula presencial na Educação Básica, sobretudo no Ensino Fundamental.

É muito clara a LDB, que o ensino fundamental é presencial. O ensino médio também, tem ali alguma margem de manobra, mas o professor vai trabalhar presencialmente no ensino fundamental e no ensino médio.

Então tem que ser mudado isso, é grave a situação. Faço aqui um apelo e uma exigência, para que a secretaria da Educação entre em contato com a Vunesp, e, primeiramente, que haja a prorrogação da data para que as pessoas possam entrar com recurso, porque até amanhã não dá.

Até porque todo mundo está entrando, o site não está funcionando, e as pessoas serão prejudicadas duas vezes: uma, porque foram eliminadas por um item extremamente supérfluo, que é essa videoaula, e depois porque não estão conseguindo entrar.

Então, Sr. Presidente, a Seduc tem que tomar providências imediatas em relação a esse item, fazer uma revisão e ir atender todos os recursos que estão sendo agora protocolados, e os que serão.

Mas a prorrogação é fundamental neste momento. Muito obrigado, Sr. Presidente. Que cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas em caráter de extrema urgência para o secretário da Educação e para o governador Tarcísio de Freitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - É regimental, nobre deputado Carlos Giannazi. Será encaminhado para o secretário e para o governador do estado de São Paulo. Solicito a V. Exa. que assuma a Presidência dos trabalhos. Dando sequência aos oradores inscritos no Pequeno Expediente, tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.)

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - O próximo orador é o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público presente na galeria, funcionários desta Casa, quero trazer uma demanda importante.

Já tenho, nos últimos meses, reiterado o quanto os municípios têm perdido de ICMS no estado de São Paulo em virtude da redução do ICMS, principalmente pelas desonerações fiscais que o governador - tanto o Doria, depois o Rodrigo Garcia, e na sequência o Tarcísio - acabou fazendo no estado de São Paulo, que tem reduzido mês a mês. E, com certeza, muitos municípios não conseguirão fechar as contas de 2023 por falta de um olhar por parte do Governo do Estado de São Paulo para os municípios.

A desoneração nos setores, sem efetivamente a gente definir quais são os setores que estão sendo desonerados, quais são as empresas que estão sendo beneficiadas com isso, o estado de São Paulo tem perdido bilhões de reais. E isso impacta, diretamente, na receita dos municípios pela queda da arrecadação do ICMS e do IPVA.

Mas no dia de ontem o presidente Lula sancionou o Projeto de lei Complementar n.º 136, de 2023, que garante uma medida que tanto aos estados, quanto aos municípios - que sofreram também com perdas de receitas resultado das medidas eleitoreiras pelo governo anterior, na tentativa de ganhar as eleições - agora o governo Lula está recompondo essa perda de ICMS, tanto em relação aos combustíveis e energias para os estados e para os municípios.

Essa mesma medida que o Governo Federal está fazendo, seria muito importante que o Governo do Estado também o fizesse, porque em relação ao estado de São Paulo, como terá agora a recomposição da arrecadação, essa adequação aos municípios seria muito importante.

Queria rapidamente pedir para que fosse passado aqui um vídeo que demonstra um pouco dessa assinatura no dia de ontem no Palácio do Governo.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Sr. Presidente, então essa recomposição totaliza 3,9 bilhões de reais, sendo 2,3 para o Fundo de Participação dos Municípios e 1,6 para o Fundo de Participação dos Estados. Desse recurso, 25% são retomados e depois são repassados para os municípios, mas é importante que o governador do estado de São Paulo também faça a sua parte.

Nós já aprovamos aqui dois projetos de lei, um de recomposição do ICMS e um outro, em virtude de um debate que nós fizemos, para que as dívidas do estado pudessem ser renegociadas tanto em relação a pessoa jurídica como pessoa física. Agora está na hora de o governo do estado de São Paulo também fazer a sua parte para recompor as perdas que os municípios perderam em relação ao ICMS.

Então eu queria, Sr. Presidente, solicitar que o meu pronunciamento, inclusive mostrando já o que o governo federal tem feito, tanto ao governador como ao secretário da Fazenda do estado de São Paulo, cobrando providências para que o estado de São Paulo também possa ajudar os municípios a fechar o Orçamento de 2023 e organizar melhor as finanças para 2024.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - O pedido de V. Exa. será encaminhado. Com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Reis. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando Ferreira. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputado Atila Jacomussi. (Pausa.)

Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Agente Danilo Balas. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputada Letícia Aguiar. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente, Carlos Giannazi, caro deputado Luiz Claudio Marcolino, uma ótima notícia: Maricá está aumentando, significativamente, o número de beneficiários do Programa Renda Básica de Cidadania.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Luiz Claudio Marcolino.

* * *

A prefeitura de Maricá vai incluir mais de 50 mil pessoas no Programa Renda Básica de Cidadania, e os novos beneficiários poderão retirar o seu cartão Mumbuca nos próximos dias dois, três e quatro de novembro, em um espaço montado em Araçatiba, ao lado do Fórum.

O benefício, com valor de 200 mumbucas, ou reais, por mês, será concedido a cerca de 26 mil chefes de família moradores da cidade que tenham atualizado o Cadastro Único até o último mês de junho de 2023.

O mês de atualização no cadastro passará de maio para junho após alteração na lei, que será feita em votação na Câmara Municipal de Maricá.

Quem já estava inscrito no RBC segue recebendo mensalmente, não havendo necessidade de buscar novo cartão. O beneficiário poderá confirmar sua inclusão consultando pelo número do seu CPF no portal www.marica.rj.gov.br ou pelo WhatsApp (21) 96775-6868.

A previsão é que o número de beneficiários aumente dos atuais 42,5 mil para mais 93 mil moradores, de acordo com dados atualizados no Cadastro Único federal, o que representa uma ampliação de 119% no número de pessoas atendidas pelo programa do município. As secretarias de Economia Solidária e Assistência Social lembram que será entregue apenas um cartão por família, ou seja, não há necessidade da presença de todos os beneficiários, apenas o chefe de família.

A entrega dos cartões mumbuca será feita por letras iniciais do primeiro nome em dois horários: às 9h e às 16h, em área montada na Rua Jovino Duarte de Oliveira, s/nº, no bairro Araçatiba, ao lado do fórum.

A estrutura possui capacidade para receber cerca de cinco mil pessoas por período, com mais de 200 guichês de atendimento, painéis luminosos com orientação, papa-filas, orientadores, segurança e banheiros.

Então, aqui está no comunicado: aquelas pessoas que poderão entregar a sua documentação dia dois de novembro, dia três de novembro e dia quatro de novembro, quinta, sexta e sábado.

Com o aumento de 119% do número de beneficiários, a Prefeitura de Maricá passará a injetar um total de 242 milhões de reais por ano de investimento no programa, que serão revertidos diretamente na economia local com o uso do cartão mumbuca.

A medida depende de uma alteração na lei que rege o programa social, estabelecendo novos critérios de avaliação. Entre as mudanças propostas na legislação está a aprovação do beneficiário, tendo como referência sua última atualização do Cadastro Único, para quem estava inscrito até o mês de junho de 2023 e a exigência de tempo de moradia, que antes era de 3 anos, mas agora deixará de existir para a inclusão de mais moradores no programa.

Eu quero cumprimentar o prefeito pioneiro Washington Quaquá e o prefeito atual, que está levando adiante essa proposição e enaltecer como Maricá se torna um exemplo pioneiro da renda básica em um dos municípios brasileiros.

É tão importante esse exemplo e fico muito feliz que isso possa repercutir por todo o Brasil e, sobretudo, para que possa o presidente Lula aceitar a minha sugestão de criar um grupo de trabalho para estudar os passos para a universalização da renda básica de cidadania.

Eu só peço uma atenção porque, como saiu há pouco da cabeça o nome do atual prefeito de Maricá, eu faço questão de citá-lo aqui, presidente Marcolino. Fabiano Horta, lembrei. Fabiano Horta levou adiante o pioneirismo de Washington Quaquá. Certo dia, era dezembro de 2015, eu fiz uma palestra em São Paulo sobre direitos humanos e a renda básica de cidadania.

Quando eu terminei, o prefeito Washington Quaquá disse: "Eu quero aplicá-lo em Maricá.". E assim o fez gradualmente, de 2016 para 2017, para 2019 e agora com este novo passo que faz com que mais da metade da população de Maricá esteja sendo beneficiária. Acredito que até o final da gestão, em 2024, toda a população estará sendo beneficiária, em um exemplo formidável para o Brasil e para o planeta Terra.

Muito obrigado, deputado presidente Marcolino.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Muito obrigado, nobre deputado Eduardo Suplicy. Dando sequência aos oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o nobre deputado Gil Diniz. (Pausa.) Com a palavra a nobre deputada Professora Bebel. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Alex Madureira. (Pausa.)

Com a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra a nobre deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Com a palavra a nobre deputada Fabiana Barroso. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Conte Lopes. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.)

Encerrando a lista dos oradores inscritos, dando sequência à Lista Suplementar, com a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Lucas Bove. (Pausa.) Com a palavra a nobre deputada Beth Sahão. (Pausa.) Com a palavra a nobre deputada Professora Bebel. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.)

Com a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Com a palavra a nobre deputada Ediane Maria. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Reis. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos, na Lista Suplementar do Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Saudar o presidente Luiz Claudio Marcolino, saudar todos os funcionários desta Casa, o deputado Carlos Giannazi, o deputado Suplicy, os integrantes da Polícia Penal, da Polícia Científica, da Polícia Militar, da Polícia Civil, saudar também o público presente e todos aqueles e aquelas que estão em suas residências, em seus afazeres, e estão nos acompanhando pela Rede Alesp, presidente, deputado Luiz Claudio Marcolino.

E quero aqui declarar em público, presidente, porque eu até tinha colocado o meu nome para avaliação a uma pré-candidatura a vice-prefeito na chapa do Boulos, que é o nosso pré-candidato a prefeito da cidade de São Paulo, e na última reunião eu fiquei sabendo também da candidatura do Eduardo Suplicy, do nosso deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, e quero declarar aqui, para todos, que eu estou retirando a minha pré-candidatura, em apoio ao Suplicy para ser o pré-candidato a vice-prefeito da chapa do Guilherme Boulos. Desejo boa sorte para Vossas Excelências. É... seguindo a orientação do deputado Carlos Giannazi.

Mas quero repercutir também nesta data, presidente Luiz Claudio Marcolino, que esta semana foi aprovada, no Senado da República, a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis. Esse projeto de lei vinha tramitando desde 2007, já na gestão também do nosso, então na época, presidente Lula. E quis Deus que ele agora, novamente no exercício da Presidência, tenha a função de sancionar essa lei.

A norma vai balizar as leis dos estados e do Distrito Federal sobre o funcionamento das polícias em todo o País. Então ela é uma lei orgânica nacional, a que os estados e o Distrito Federal vão se adequar. É uma lei de iniciativa da Presidência da República, que estabelece direitos e garantias para a carreira dos policiais civis.

Olha, eu aprovei aqui o PLC 61, estabelecendo que o policial pudesse se aposentar no cargo em que ele estivesse. No cargo e na classe, porque hoje, se ele não tiver cinco anos na classe, ele tem que voltar à classe anterior. Agora, é fato que essa lei tem prazo para aplicação, não é imediata. Depois da sua sanção, os estados terão cerca de um ano para fazer as adequações.

Mas, na lei veio a garantia, o direito, de se aposentar com a totalidade da remuneração recebida no seu último cargo. Então, derruba a lei inconstitucional que foi aprovada aqui nesta Casa, de autoria do João Agripino Doria, em que o servidor público, não só o policial, mas o agente penitenciário, os agentes prisionais, o policial penal, os professores e as outras categorias que tem nível, que tem classe, de voltar no tempo.

Então, para a Polícia Civil, ela traz esse fato novo, em que pese que nós... Como ela tem um prazo para ser aplicada, nós vamos continuar a nossa luta para derrubar o veto nesta Casa aqui. O deputado Giannazi já se comprometeu lutar junto para a gente derrubar o veto. Estamos indo também ao procurador-